



# Moradia e Organização Popular: autogestão habitacional no caso Quilombo da Gamboa

Popular Housing and Organization: housing self-  
management in Quilombo da Gamboa case

*Paula Menezes Salles de Miranda, mestranda PROURB -  
UFRJ, paulamsmiranda@gmail.com*

*Paula Menezes Salles de Miranda é Arquiteta e Urbanista  
pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ e  
mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Urbanismo  
(PROURB) da UFRJ. É também pesquisadora pelo Laboratório  
de Direito e Urbanismo (LADU) do PROURB-UFRJ.*

## Resumo

O artigo irá trabalhar com o tema da autogestão habitacional organizada por movimentos sociais no Rio de Janeiro. Pretende-se articular um estudo interdisciplinar do tema da autogestão fora do tema da habitação com o estudo de um caso-referência de moradia popular organizada por autogestão. Esse artigo tem por objetivo chamar atenção para a importância de se pensar espacialmente a autogestão, apontando alguns caminhos para compreender como esse tipo de gestão está atuando na produção do espaço e principalmente como ela está aparecendo na produção habitacional na cidade do Rio de Janeiro. Para isso será trabalhado um caso-referência, o projeto de moradia popular Quilombo da Gamboa.

**Palavras Chave:** Autogestão; Habitação; Produção do Espaço; Movimentos Sociais; Quilombo da Gamboa.

## Abstract

The article will deal with the issue of housing self-management, organized by social movements in Rio de Janeiro. It is intended to articulate an interdisciplinary study of self-management theme out of the housing issue with a study of a reference case of popular housing organized by self-management. The objective is to draw attention to the importance of thinking spatially elements that characterize self-management, pointing out some ways to think like how self-management is acting in the production of space and especially as it is showing up in housing production in the city of Rio de Janeiro. For this will be worked a reference case, the popular housing project Quilombo da Gamboa.

**Keywords:** Self-management; Habitation; Production of Space; Social Movements; Quilombo da Gamboa.

## INTRODUÇÃO

O processo de urbanização excludente das cidades brasileiras promove uma grande marginalidade social e uma segregação espacial de parte da população que, em sua maioria, sofre com graves problemas habitacionais. A partir desse contexto, podemos observar uma crescente organização social de parte da população brasileira nas últimas décadas, em busca do direito à cidade e à moradia.

A autogestão habitacional, organizada por movimentos sociais, aparece como uma alternativa para os problemas de moradia, pois contribui para a modificação dos atores e da forma de produção habitacional, ampliando a luta por emancipação na construção de moradias frente ao poder hegemônico do mercado imobiliário. Por mais que esse tipo de gestão de construção de moradia não tenha uma força quantitativa expressiva no Brasil, os projetos desenvolvidos por autogestão habitacional, alcançam em geral, melhores resultados para a cidade e para seus moradores, pois estes participam de todas as etapas do processo.

Esse artigo tem por objetivo chamar atenção para a importância de se pensar especialmente a autogestão, apontando alguns caminhos para compreender como esse tipo de gestão está atuando na produção do espaço e principalmente como ela está aparecendo na produção habitacional na cidade do Rio de Janeiro. Para isso será trabalhado um caso-referência, o projeto de moradia popular Quilombo da Gamboa<sup>1</sup>.

Primeiramente, serão discutidos elementos para a compreensão do conceito de autogestão, a partir de autores de diversas áreas de atuação que estudaram essa questão. O melhor entendimento desse termo é importante para o estudo sobre as formas de autogestão habitacional no Rio de Janeiro. Em sequência, será abordado o caso do Quilombo da Gamboa, grupo que organiza a partir da autogestão para desenvolvimento de projeto de moradia popular na região central do Rio de Janeiro. A partir do embasamento teórico sobre autogestão e do estudo sobre o caso-referência, serão desenvolvidos critérios experimentais que de maneira sistemática analisam o projeto Quilombo da Gamboa, relacionando os conceitos de autogestão e o projeto de moradia. Para uma melhor compreensão do caso referência, além de uma aproximação da autora com o grupo a partir da presença em reuniões e debates, foram desenvolvidas entrevistas abertas com participantes do processo.

## DEBATENDO A AUTOGESTÃO

A autogestão é um tema que vem sendo muito estudado nos últimos anos no âmbito da economia, sociologia, arquitetura e urbanismo, geografia, entre outras disciplinas. Como veremos mais na frente, as primeiras experiências autogestionárias aconteceram no século XIX, mas o termo autogestão só ganhou força e uso a partir da década de 1960.

Podemos observar uma crescente organização social nas cidades brasileiras em busca de novas soluções para os problemas da moradia e a autogestão habitacional aparece como uma das possíveis alternativas para melhorar essa questão. Portanto, é de extrema importância compreender como a autogestão já foi estudada e que experiências já aconteceram, antes mesmo

---

<sup>1</sup> O projeto Quilombo da Gamboa será explicado mais a frente no artigo. É um projeto financiado pelo Programa Federal Minha Casa Minha Vida- Entidades (destinado para projetos organizado por entidades), organizado pelos Movimentos Sociais Central de Movimentos Populares (CMP) e União de Moradia Popular (UMP) e pela Fundação Bento Rubião.

dessa organização autônoma chegar com mais força na produção habitacional. O melhor entendimento desse termo auxiliará na compreensão das formas de autogestão habitacional no Rio de Janeiro.

*“O próprio da autogestão é de ter sido um movimento social antes de ser uma doutrina.”* (ROSANVALLON apud NASCIMENTO, 2008, p.27)

A palavra autogestão teve seu uso intensificado na França na década de 60 como *autogestion*, tradução da palavra servo-croata *samoupravlje* (“samo” é o equivalente eslavo do termo grego “auto”, e “pravlje” significa “gestão”). Apesar do seu uso ter sido maior a partir de sua tradução para o Francês, o termo autogestão teve sua origem na Iugoslávia, para designar sua experiência político-econômico-social<sup>4</sup>, em ruptura com o stalinismo (GUILLERM E BOURDET, 1976).

Podemos ver então, que o termo autogestão é relativamente recente, porém, os conceitos de cooperativa e cooperativismo se originaram no século XIX. A partir da análise de autores que trabalharam com o tema, encontraremos a ideia de autogestão presente em experiências anteriores à da Iugoslávia. De acordo com Kardelj (apud Nascimento, 2008), *“A ideia da autogestão é tão antiga como a ideia do humanismo e, particularmente, como o movimento operário internacional, a história de sua luta de classes e a história da prática socialista.”* (KARDELJ apud NASCIMENTO, 2008, p.28)

A autogestão aparece como forma de mudança política, econômica ou social, a partir de uma auto-organização da classe. Alguns autores podem contribuir para a compreensão desse conceito, como nos escritos de Antonio Gramsci, no texto L'Ordine Nuovo de 1919, em que ele convida os operários à refletirem, colaborarem e se organizarem para criação de uma democracia operária em contraposição ao Estado burguês. O objetivo era substituir o Estado burguês em suas funções de gestão do patrimônio nacional. Em seu texto, fica clara a vontade de organização social, transformando a psicologia operária, além de uma busca pela consciência de direitos e deveres da classe proletária.

É necessário dar uma forma e uma disciplina permanente a estas energias desordenadas e caóticas, absorvê-las, articulá-las e potencializá-las, fazer da classe proletária e semi-proletária uma sociedade organizada que se eduque, que obtenha experiência, que adquira uma consciência responsável dos deveres que incumbem as classes que conquistam o poder. (GRAMSCI, 1919, p.1)

Gramsci (1919) também fala das comissões internas das fábricas, que ajudam a libertar os operários das limitações impostas pelos empreendedores e que depois de desenvolvidas, seriam órgãos do poder proletariado, substituindo o capitalista das funções de direção e administração.

Assim como Gramsci (1919), Daniel Mothé (2009) acredita na gestão autônoma da sociedade. Esse autor entende a finalidade máxima da autogestão como o princípio político de organização de toda uma sociedade. *“Autogestão é um projeto de organização democrática que privilegia a democracia direta.”* (MOTHÉ, 2009, p.26)

Vimos que Gramsci (1919) acreditava na autogestão, principalmente, como uma mudança na organização social. Mothé (1980), ampliou o conceito para a gestão social, indo além da economia. Diferentemente desses autores, Mihailo Markovic (2001) vê a autogestão especificamente como

---

<sup>4</sup> Política implementada por Tito, buscando a ruptura com o stalinismo. Processo de administração das fábricas pelos próprios trabalhadores, ideado e comandado pelo Estado iugoslavo (GUILLERM E BOURDET, 1976).

uma forma de organização econômica dos trabalhadores, um conceito centrado na autogestão de produção de empresas.

A autogestão refere-se à participação direta dos trabalhadores na tomada de decisões básicas da empresa. Os meios de produção são socializados (...). Em sentido mais geral, a autogestão é uma forma democrática de organização de toda a economia, constituída de vários níveis de conselho e assembleias. (MARKOVIC, 2001, p.23)

De acordo com Markovic (2001), o objetivo seria alterar a organização do trabalho original, atribuindo aos trabalhadores o poder deliberativo das decisões, mudando a lógica de patrão e empregado, de quem decide e de quem executa. Abaixo vemos em um trecho do Dicionário do Pensamento Marxista como o conceito de autogestão pode ser multifacetado:

Em seu sentido mais geral, a autogestão é a estrutura básica da sociedade socialista, na economia, na política e na cultura. Em todos os domínios da vida pública – educação, cultura, pesquisa científica, saúde, etc. – a tomada das decisões básicas está nas mãos dos conselhos de autogestão e das assembleias organizadas segundo princípios fundados na organização da produção e nas divisões territoriais. Nesse sentido, transcende os limites do Estado. (MARKOVIC, 2001, p.23)

Nildo Viana (2008), nos mostra um pouco dessas múltiplas faces da autogestão, para o autor, ela pode ser entendida de duas maneiras: podemos pensar na autogestão dentro da sociedade capitalista ou na autogestão social.

A primeira, aparece como forma de gestão de empresas, cooperativas de trabalho, que fazem parte do mercado hegemônico. Porém, essa forma de autogestão apresenta problemas, pois o processo produtivo continua voltado para o mercado e essas empresas ou cooperativas precisam adequar a sua produção à execução de mercadorias para a venda, submetendo seu processo produtivo ao mercado. Além do processo de decisão autônoma dos produtores ficar limitado pelo controle estatal e pelas necessidades do mercado (VIANA, 2008).

Já o processo de autogestão social ocorre a partir da decisão coletiva, da organização autônoma da produção, assim como das moradias. A população tem o poder de determinar o que e como produzir, respondendo as demandas e necessidades da coletividade (VIANA, 2008). A produção é para consumir e não vender, logo o processo não visa a mercadoria como valor de troca, visa o valor de uso. “Desta forma, a sociedade autogerida é a forma de associação de seres humanos que corresponde à natureza humana, uma sociedade verdadeiramente humanizada.” (VIANA, 2008, p.8)

A partir de uma breve análise desses autores, podemos perceber que a autogestão pode ser trabalhada a partir de diversos vieses, como político, econômico, social. Porém, independentemente da finalidade de cada caso, estão sempre buscando a auto-organização da classe trabalhadora. A autogestão tem objetivo de transcender um poder hegemônico, seja ele uma instituição ou uma pessoa.

A questão da propriedade é uma discussão essencial para os estudos de autogestão. Desde meados do século XIX, alguns elementos geraram um certo mal-estar na sociedade ocidental, como intensificação da divisão do trabalho, a ênfase na propriedade privada, empresas multinacionais (FILHO e VERONESE, 2012). Nos estudos autogestionários, vemos a discussão de propriedade privada e propriedade coletiva, mas Rosanvallon (apud Filho e Veronese, 2012) sugere uma nova abordagem. Para ele, não basta a apropriação de uma propriedade coletiva no lugar de uma privada,

o problema deveria ser resolvido pela redistribuição dos diferentes direitos, formando o direito da propriedade social, que seria um dos pilares da sociedade autogestionária (FILHO e VERONESE, 2012).

Nascimento (2008) mostra a definição de “Autogestão Socialista”, das edições CLAS (Cuestiones Actuales Del Socialismo) de 1980, onde podemos encontrar uma explicação sobre a propriedade social:

A autogestão é, de um modo eloquente, uma categoria socialista. A mesma só pode desenvolver-se no campo da propriedade social, isto é, em relações de propriedade em que os meios de produção e o capital social não são propriedade privada do capitalista nem de grupos de trabalhadores de determinadas empresas, nem objeto de gestão monopólicia do aparato burocrático ou tecnocrático do Estado. (BELGRADO apud NASCIMENTO, 2008, p.28)

Vimos a diferenciação de modos de autogestão de acordo com Nildo Viana (2008) e podemos entender a questão da propriedade nos dois diferentes modelos. Na autogestão inserida no meio capitalista, o autor mostra que as empresas trabalham com a propriedade privada, dificultando a relação de organização autônoma entre os trabalhadores. Já na autogestão social, a propriedade seria de todos os produtores, que trabalhariam para fins próprios, sem precisar se submeter ao mercado hegemônico.

Podemos entender, então, a autogestão como uma organização política, econômica ou social de uma classe ou grupo, que deve acontecer de forma autônoma e horizontal. A autogestão é uma forma de luta democrática contra um poder hegemônico, buscando uma reorganização da sociedade ou parte dela a partir de uma transformação de baixo para cima. A autogestão encontra uma possível barreira na propriedade privada, principalmente se pensarmos em um país como o Brasil, com uma forte herança na concentração de terra. Porém, podemos ver a autogestão como uma maneira contra-hegemônica de organização social.

## O QUILOMBO DA GAMBOA

O projeto de moradia popular Quilombo da Gamboa começou de uma maneira diferente em relação a outros projetos habitacionais organizados por autogestão no Rio de Janeiro. Em geral, são formados grupos de pessoas com situações de vulnerabilidade habitacional, organizados por movimentos sociais e entidades e a partir do grupo formado o coletivo começa a procura por terrenos para serem construídas as moradias. De acordo com a representante da Fundação Bento Rubião<sup>3</sup>(FBR), o caso Quilombo da Gamboa foi diferente<sup>4</sup>, pois o terreno surgiu antes mesmo do grupo ser formado.

Em 2006, na primeira gestão do governo Lula, foi criado um Grupo de Trabalho Nacional da Secretaria do Patrimônio da União para a identificação de terras públicas e destinação para habitação de interesse social. O objetivo desse trabalho era juntar entidades locais, em diversas

<sup>3</sup> A Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião é uma organização não-governamental sem fins lucrativos que atende a grupos populacionais que tem seus direitos humanos violados, lutando pela redução das desigualdades sociais. A fundação atua na defesa e garantia dos direitos humanos, com ênfase na infância e adolescência, regularização fundiária das favelas e periferias urbanas.

<sup>4</sup> Em relação a outros casos de autogestão habitacional no Rio de Janeiro, como Cooperativa Habitacional e Mista Shangri-lá e Grupo Esperança.

idades do Brasil, para buscar terras da União que tinham potencial para serem destinadas para moradia popular. A representante da Fundação Bento Rubião explicou que no Rio de Janeiro foi formado um grupo com a Caixa Econômica Federal, a Fundação Bento Rubião, a Secretaria do Patrimônio da União e Movimentos Sociais locais, que identificaram terrenos na região portuária. Vale lembrar que a época ainda não se falava do Projeto Porto Maravilha.

Esse trabalho resultou em uma portaria do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Portaria 388/2008 - Ministério do Planejamento), destinando diversos terrenos na região portuária do Rio de Janeiro para construção de Habitação de Interesse Social, vinculados ao Fundo Nacional Habitação de Interesse Social. A representante da FBR relata como surgiu o grupo Quilombo da Gamboa:

Então Gamboa saiu nesse contexto. Surgiram esses terrenos da União a partir desse levantamento desse grupo de trabalho e os movimentos União por Moradia Popular, Central de Movimentos Populares também faziam parte dos conselhos. Eram os movimentos mais atuantes aqui no Rio de Janeiro. CMP tinha na época atuação na Chiquinha Gonzaga, tinha uma atuação na área central. A união (UMP) tinha esse histórico de trabalhar com autogestão em áreas periféricas, justamente porque não tinha acesso à terra, mas tinha uma demanda para isso e a ideia era que dentro dos terrenos identificados, cada organização que atua com moradia tivesse trabalhando em uma área. Como a área que a gente pegou era grande, a gente tentou fazer uma articulação com os movimentos, para ver como poderia ficar isso. Aí a UMP e a CMP se juntaram. Como nenhum era habilitado na época, a fundação (Bento Rubião), que era habilitada, entrou como entidade organizadora e o movimento nacional (MNLM) no ano seguinte entrou para seleção do terreno da Mariana Criola. (Representante da Fundação Bento Rubião)

O coletivo foi criado, então, a partir de demandas das três entidades, a Central de Movimentos Populares (CMP) levou pessoas que pertenciam a ocupação Quilombo das Guerreiras<sup>5</sup>, a União de Moradia Popular (UMP) alguns moradores do Parque da Cidade e famílias que moram perto da Gávea e a Fundação Bento Rubião levou um grupo de famílias que moravam atrás da Central do Brasil, que eles assessoraram juridicamente para reivindicar usucapião. Quando o grupo recebeu o terreno, já tinham 10 famílias morando nos galpões. A representante da FBR explica que a primeira coisa que as entidades organizadoras fizeram foi conversar com essas famílias para incorporá-los no programa de acordo com a vontade de cada um.

O coletivo começou a se reunir em 2009 na ocupação Quilombo das Guerreiras e desenvolveram o projeto junto com as arquitetas do escritório Chiq da Silva. Esse projeto ganhou menção honrosa no 4º Prêmio da Caixa.

Com o Projeto do Porto Maravilha, o Projeto Quilombo da Gamboa começou a sofrer interferências, como, por exemplo, a modificação de seu terreno, pelo traçado da Via Binário do Porto (via criada por causa da demolição da Perimetral) passar em seus limites.

---

<sup>5</sup> De acordo com os integrantes entrevistados do coletivo Quilombo da Gamboa, a ocupação Quilombo das Guerreiras começou em 2006, quando um grupo de pessoas ocupou um prédio abandonado – onde antes funcionava o setor de engenharia da companhia Docas – depois de tentarem ocupar dois outros prédios. Um grupo de 133 famílias habitavam o local, que funcionava a partir de um esquema de auto-organização. O grupo permaneceu por cerca de 7 anos ocupado no prédio, em 2013, com as obras do Porto Maravilha, o grupo foi removido do local. Nessa época, 33 pessoas estavam morando no edifício.



Imagem 1: Mapa de localização do Projeto Quilombo da Gamboa

Fonte: Arquivo Chiq da Silva

O coletivo se mostrou indignado com essa alteração, pois tiveram que recomeçar a pensar o projeto a partir dos novos terrenos, além de perderem unidades do projeto – passaram de 142 para 116 unidades. Além disso, a representante da FBR afirmou que a Via Binário do Porto possuía um outro traçado, que não atrapalharia o terreno do coletivo. Desse modo, tiveram que pressionar a CDURP<sup>6</sup> para desapropriar o terreno ao lado do trecho que foi mantido do terreno original para o coletivo conseguir manter uma unidade de projeto e de grupo. Caso contrário, precisariam dividir o grupo em dois terrenos separados. O resultado foi o desenho de terreno mostrado na imagem 2, que é a soma de 6 terrenos – 4 da Secretaria de Patrimônio da União e 2 da Prefeitura do Rio (CDURP). Esses dois últimos foram os terrenos comprados pela Prefeitura após pressão do coletivo.

O grupo continuou se organizando, resolvendo as burocracias dos novos terrenos e as arquitetas recomeçaram o projeto junto com o coletivo. Em 2015 fecharam contrato do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades com financiamento da Caixa Econômica Federal e continuam no desenvolvimento do projeto.

## CRITÉRIOS EXPERIMENTAIS PARA O ESTUDO DA AUTOGESTÃO

O estudo teórico acima forneceu subsídios para experimentação de critérios que deverão auxiliar na qualificação dos processos denominados de autogestão que estão relacionados com a produção de habitação. Estes critérios, oriundos das leituras realizadas, são os seguintes:

- a) Sociedade organizada, que obtenha experiência e consciência dos deveres de sua classe (GRAMSCI, 1919);
- b) Transcender limites do Estado (MARKOVIC, 2001);
- c) Decisão coletiva, organização autônoma (VIANA, 2008);
- d) Organização democrática da economia, dividida em conselhos e assembleias (MARKOVIC, 2001);
- e) Propriedade social, de todos os produtores (ROSANVALLON apud FILHO e VERONESE, 2012).

Esses critérios não esgotam o estudo interdisciplinar sobre o tema da autogestão, mas são importantes para um maior entendimento do assunto fora da disciplina da Arquitetura e do Urbanismo. Mantendo a perspectiva da pesquisa em Urbanismo, e na direção de estabelecer um diálogo entre a produção do espaço, a construção da paisagem e o marco teórico específico da autogestão, será construída uma aproximação dos itens anteriores para critérios urbanísticos espaciais relacionados ao caso-referência.

<sup>6</sup> A Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (Cdurp) é a gestora da prefeitura na Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha. A Cdurp é responsável pela articulação entre os demais órgãos públicos e privados e a Concessionária Porto Novo.



**a) SOCIEDADE ORGANIZADA, QUE OBTENHA EXPERIÊNCIA E CONSCIÊNCIA DOS DEVERES DE SUA CLASSE (GRAMSCI, 1919)**

Podemos pensar a organização da classe trabalhadora como ponto central dos critérios citados, já que os outros pontos dependem dessa organização para acontecer. Gramsci (1919) chama atenção para a forte articulação da classe trabalhadora e para suas instituições de organização.

Mas a vida social da classe trabalhadora é rica de instituições, articula-se em múltiplas atividades. De fato, é necessário que estes institutos e estas atividades desenvolvam-se; organizem-se de modo complexo, una-se num sistema vasto e agilmente articulado que absorva e discipline inteiramente a classe trabalhadora (...). (GRAMSCI, 1919, p.1)

Podemos compreender a relação entre a construção gramsciana e a luta dos movimentos sociais no contexto brasileiro. Muitos movimentos apresentam pautas bem precisas e estão em constante organização política interna e entre eles, em busca de uma maior organização da classe trabalhadora. Em relação a reivindicações referentes a produção do espaço, podemos dar o exemplo do Fórum Nacional de Reformas Urbanas. FNRU é um grupo de movimentos sociais que se reúnem para discutir e lutar pelo cumprimento dos princípios presentes na Constituição de 1988, como a função social da propriedade e a participação social na gestão democrática das cidades (FERREIRA, 2012). Esse grupo reforça a organização da classe, pois contribui para uma maior articulação de movimentos sociais locais, ampliando a luta por pautas comuns a toda a classe trabalhadora do país em busca do direito à cidade.

Conversando com parte do coletivo do Projeto Quilombo da Gamboa, vemos a importância da atuação desses movimentos sociais na conquista de pautas urbanas. A organização desses movimentos sociais auxilia a visibilidade de pautas discutidas com moradores e facilita um maior entendimento em relação a trâmites e burocracias necessárias para levar projetos populares a frente. O participante do coletivo 1, membro atuante no grupo e futuro morador do projeto, chama atenção para a luta de anos desses movimentos, que mesmo se mostrando cansativa, consegue resultados:

As políticas públicas, na realidade, não foram feitas para abranger as classes menos favorecidas, assim é essencial a participação dos movimentos sociais. Acho que se não fosse os movimentos sociais as coisas estariam bastante apagadas. (Participante do coletivo 1 entrevistado)

O participante do coletivo 2, entende que o avanço nas pautas urbanas no Rio de Janeiro é muito devagar, mas afirma ver algumas conquistas e mostra a importância da experiência que esses movimentos têm em organização social e como é essencial a inserção deles na política, que também se relaciona ao que participante do coletivo 1 aponta sobre a visibilidade das demandas da população:

Existe a UMP e CMP que estão na nossa luta. Essa galera tem abertura na política do governo central e essa galera vai lá negociar essas políticas de melhoramento desse movimento de moradia. Tem muita gente inserida do PT, do PSOL, principalmente do PT. Essa galera já está nessa discussão há muito tempo, então isso ajuda muito a gente, porque eles sabem os trâmites. Porque se deixar uma galera cega, que não conhece nada de política, não anda. (Participante do coletivo 2 entrevistado)

Mostrar exemplos de conquistas da classe trabalhadora em lutas urbanas e de moradia nos ajuda a enxergar essas pequenas vitórias de uma batalha contra-hegemônica. Quantitativamente, esses

avanços são poucos, porém, cada caso mostra uma luta de resistência que traz uma outra forma de se pensar a cidade. O participante do coletivo 1 aponta alguns exemplos de moradias populares na área central do Rio de Janeiro, que foram conquistadas a partir da luta dos movimentos sociais em conjunto com outros grupos: o caso da ocupação Manuel Congo, o projeto de moradia popular Mariana Criola (organizados pelo Movimento Nacional de Luta por Moradia) e o próprio Quilombo.

A arquiteta do Chiq da Silva, escritório que desenvolve o projeto do coletivo, entende que esses pequenos avanços vêm atrelados de uma grande lentidão e dificuldade de execução dos mesmos.

Na minha opinião muito pessoal, avanços existiram, mas eu acho que o maior problema do avanço é a falta de execução real e mais rápida, porque conseguir você consegue, mas eu tenho medo de ser meio que um “cala boca”. Não quero desmerecer o que as pessoas já conseguiram. Tem que ter uma luta constante, e as vezes as pessoas estão tão ocupadas na burocracia que o “cala boca” está gerando, que eles perdem foco da luta. (Arquiteta do Chiq da Silva)

O participante do coletivo 1 afirma ter sido essencial a pressão dos movimentos sociais para a destinação de terrenos públicos para moradia popular na região central do Rio de Janeiro. Movimentos sociais e outras entidades, como a Fundação Bento Rubião trabalharam na identificação de terrenos na região central do Rio de Janeiro na época.

A pressão mesmo dos movimentos, identificaram que esses terrenos estavam aqui e poderiam ser doados para a moradia de interesse social, que na época era o FNHIS. E começaram a pressionar, isso foi diretamente o movimento social, que de certa forma tem uma certa autoridade para estar pressionando. (Participante do coletivo 1 entrevistado)

Ele também aponta a persistência dos movimentos em manter um diálogo constante com instâncias municipais e federais de extrema importância para a manutenção dos terrenos hoje pertencentes ao Quilombo da Gamboa. Essa relação com o poder público está associada ao que Markovic (2001) afirmou ser necessário para a autogestão, transcender os limites do Estado, o que será melhor trabalhado no próximo item do texto.

#### **b) TRANSCENDER LIMITES DO ESTADO (MARKOVIC, 2001)**

Markovic (2001) acredita que a autogestão é a estrutura básica da sociedade socialista, na economia, na política e na cultura e que com isso “(...) transcende os limites do Estado” (MARKOVIC, 2001, p.23).

O autor nos mostra que a autogestão deve transcender os limites do Estado, logo é importante pensarmos para quem o Estado capitalista atua, para entendermos a sua função no modo de produção capitalista. A participante do coletivo 3 entende que: “*Eles trabalham pra eles mesmos. Pra eles.*” Já, o participante do coletivo 2 explica que o Estado atua para quem tem mais poder, os setores hegemônicos:

Eu sei que o governo, ou melhor, o Estado existe para poder legitimar, politicamente, aqueles que o patrocinam, que são os empresários, que patrocinam a campanha deles. O povo ele pede o voto, que é para legitimar a farsa que o Estado está atuando. (Participante do coletivo 2 entrevistado)

Engels (2015), em seu livro, *Sobre a questão da Moradia*, contribui para discussão quando afirma que “*o Estado nada mais é que a totalidade do poder organizado das classes possuidoras, dos*

*proprietários de terras, dos capitalistas em confronto com as classes espoliadas, os agricultores e os trabalhadores.* “ (ENGELS, 2015, p.17) Ou seja, o Estado capitalista legitima as classes hegemônicas da sociedade. O participante do coletivo 2 também mostra a importância de se ter uma habilidade política para driblar governos capitalistas: *“Nós temos que ter uma habilidade política para que mesmo o governo sendo de direita, porque governo de direita é o que? Diminuir as conquistas sociais.*” (Participante do coletivo 2 entrevistado)

No programa habitacional MCMV, os números mostram um pouco dessa relação. A produção de moradia popular brasileira, apresenta em sua maioria investimentos públicos destinados para a produção habitacional por empresas construtoras, como afirma Lago (2013): *“(...) os recursos alocados para as associações e cooperativas até 2011, equivaleram a apenas 2% daqueles alocados para as empresas construtoras.*” (LAGO, 2013, p. 5)

Vemos assim que o programa MCMV libera um número muito maior de recursos para os projetos geridos por empreiteiras, em detrimento dos projetos geridos pelos moradores, junto com entidades. De acordo com Cardoso e Aragão *“(...) este programa busca claramente impactar a economia através dos efeitos multiplicadores gerados pela indústria da construção.*” (CARDOSO e ARAGÃO 2013, p.35).

Apesar do número de habitações autogeridas não apresentem um número satisfatório, se comparado com a produção empresarial de moradia, o sistema de autogestão habitacional contribui para a superação do modo de produção tradicional, trazendo uma alternativa de moradia mais democrática e que se aproxima mais da realidade dos participantes.

Entretanto, podemos apontar algumas dificuldades que acabam distanciando a produção de moradia autogestionária da superação das forças hegemônicas. Como já foi dito anteriormente, o atual programa de financiamento desse tipo de habitação é o Minha Casa Minha Vida Entidades e a realização desses projetos fica dependente da aprovação do financiamento na CAIXA. Além disso questões políticas do país influenciam diretamente a realização de projetos geridos por movimentos sociais junto com moradores, como troca de governo e alterações nos investimentos federais, que podem alterar ou até mesmo extinguir esse tipo de financiamento para as entidades.

Um exemplo disso, foi a revogação pelo recém intitulado ministro das cidades, Bruno Araújo – no dia 13 de maio de 2016, a partir da portaria 186 – das portarias 173 e 180, que divulgavam propostas no âmbito do Minha Casa Minha Vida – Entidades, a partir de recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). Essa revogação suspendeu a proposta de financiamento de 4.760 unidades habitacionais dessa modalidade, o que caracteriza um retrocesso nos programas sociais do país e nas conquistas dos movimentos sociais. Com isso, o Minha Casa Minha Vida- Entidades e a força popular perdem forças em detrimento do protagonismo das grandes empresas da construção civil. Assim, se torna ainda mais necessária a organização social citada por Gramsci (1919) e especificamente a luta dos movimentos sociais para buscar uma presença da classe trabalhadora no Estado, em busca de seus direitos.

O participante do coletivo Quilombo da Gamboa 1, mostra que é necessária essa relação com Estado para conseguir avançar em conquistas urbanas. Um exemplo importante é a destinação de terrenos públicos para moradia popular, como foi dito anteriormente (portaria 388/2008- Ministério do Planejamento). *“Para minimamente a gente conseguir alguma coisa, em alguns momentos você tem que pedir licença. Há uma certa dependência que não é muito bem vista, entendeu? Se o Estado fosse tão bom ele daria tudo que nós pedíssemos. Isso não é feito assim.*” (Participante do coletivo 1 entrevistado)

Apesar dessa instabilidade de financiamentos gerada por questões políticas, a presença do Estado é de extrema importância, principalmente no auxílio desses financiamentos habitacionais. Portanto, a discussão aqui não é a de diminuir a presença do Estado, mas como fazer ele atuar para a classe trabalhadora, escutando suas demandas e necessidades. O participante do coletivo 2 mostra a importância de se construir um Estado mais próximo da população: *“Eu acho que você deveria usar todos os meios para construir um Estado, por dentro e por fora, usar as duas vias. Destruindo, primeiro que você não tem nenhuma possibilidade de confrontar esse modelo econômico que está aí.”* (Participante do coletivo 2 entrevistado)

A representante da Fundação Bento Rubião, chama atenção para as funções essenciais do Estado, como provimento de infraestruturas básicas da cidade, acesso à água, serviços, transporte, educação, saúde e destaca a importância do papel do Estado em destinar terras públicas. Já em relação a organização do território ela diz:

A forma de organização das pessoas no território poderia ser mais autogestionada. Talvez se o Estado escutasse mais grupos que consigam se organizar. O negócio é que a gente tem anos de história onde as pessoas não têm esse direito, então a gente sofre com os grupos, a gente pede para as pessoas falarem e as pessoas não falam. A gente tem que romper isso, porque as pessoas são acomodadas, são individualistas, a gente vive num mundo em que perdeu o vínculo com a rua. (Representante da Fundação Bento Rubião)

Dessa forma, a representante da FBR acredita que pensar os espaços a partir da autogestão, com mais participação da população, pode ser um caminho para ajudar em uma mudança maior da cidade. Vemos outra vez que a organização social atua de forma importante.

A gente está buscando outras formas mais democráticas de se viver, porque essa que existe não vale. Você elege um cara para te representar e não representa, não funciona. As crianças precisam decidir que cidade que elas querem para elas, enfim, tem que buscar outras formas. É difícil, mas é um caminho para preparar as pessoas para talvez conseguir. Esses grupos de autogestão de moradia, eles vão irradiando nesses bairros, nesses territórios, eles podem influenciar na organização do entorno. (Representante da Fundação Bento Rubião)

A partir dessa breve discussão podemos ver que por mais que a autogestão habitacional procure uma maior autonomia do coletivo, a presença do Estado é importante e a organização dos movimentos sociais se torna determinante para a conquista de um Estado que trabalhe para os trabalhadores e não para os setores hegemônicos.

### **c) DECISÃO COLETIVA, ORGANIZAÇÃO AUTÔNOMA (VIANA, 2008)**

De acordo com Viana (2008) *“A autogestão social só se pode efetivar através da luta operária e da auto-emancipação dos trabalhadores e isto ocorre via auto-organização e autoformação.”* (VIANA, 2008, p.9)

A organização autônoma está diretamente relacionada à superação do poder hegemônico pelos grupos de autogestão, pois esses só poderão tomar decisões emancipatórias em relações a forças externas se conseguirem uma proximidade com o Estado e se superarem as formas de construção por empreiteiras, se tomarmos como exemplo os grupos de luta por moradia autogestionária. A organização autônoma diz respeito à uma maior independência na gestão interna, que não sofra grandes interferências empresariais ou governamentais na organização e decisões do grupo.

Essa autonomia acontece de maneira limitada nos projetos de autogestão de moradia, pois como foi dito no item anterior, os financiamentos estão diretamente relacionados à gestão governamental que está no poder, fazendo com que qualquer alternância de governo possa gerar influências no coletivo habitacional. Além disso, como falamos acima, o Estado capitalista, em geral, não atua diretamente para a população, mas para interesses do mercado capitalista. Essa atuação pode causar algumas dificuldades no desenvolvimento e aprovação desses projetos autogeridos que apresentam uma gestão de base, de certa forma, contra hegemônica.

Podemos ver um exemplo disso na fala do participante do coletivo Quilombo da Gamboa 1 sobre a interferência do Estado no projeto do Quilombo da Gamboa. Ele notou um processo de convencimento para alterar a maneira de gestão mais autônoma do grupo para uma gestão tradicional, como forma de acelerar o processo. O participante de coletivo aponta essa “sedução” do Estado como uma forma de alimentar seu próprio interesse, tirando o protagonismo do movimento popular.

Houve um processo muito grande de sedução, aí já o próprio Estado tentando interferir no nosso processo. Já teve um processo longo de sedutores que chegavam para os movimentos e ofereciam para levantar o prédio em 1 ano. “ (...) Para os louvores depois serem pra eles né. Um MCMV no olho do furacão, encravado na zona portuária. Como se fosse deles a conquista. Essa que é a ideia. (Participante do coletivo 1 entrevistado)

O coletivo não aceitou as propostas da prefeitura em alterar a forma de gestão e se mantém com a organização pela autogestão. Essa maior autonomia para realizar o projeto pode trazer vantagens para os resultados finais, pois os espaços estão sendo pensados junto com os moradores, além desse tipo de gestão trabalhar na conscientização política do grupo.

A arquiteta do Chiq da Silva, mostra a importância de se pensar o projeto de arquitetura junto com o grupo de moradores, buscando uma qualidade projetual e espaços mais adequados às necessidades do coletivo. Entretanto, assim como o participante do coletivo 1 falou, muitas vezes membros da prefeitura tentam interferir de alguma forma, como na quantidade de apartamentos e nas áreas comuns do projeto, o que pode acarretar em resultados de projeto distantes às demandas dos grupos. Portanto é essencial uma aproximação maior do Estado com os coletivos habitacionais, ajudando a pensar o projeto habitacional de uma maneira mais horizontal, dando mais autonomia para as decisões internas.

A gente sempre ouviu muito: “mas esse terreno é enorme, esse terreno cabe muito mais unidade do que vocês estão colocando aí.” A gente fala, não com uma arquitetura de qualidade. A gente ouve do governo. A gente fala que é importante que todas as unidades tenham ventilação cruzada. “Mas isso tudo de área comum?” Sim, é importante ter isso tudo de área comum. Isso aqui não é salão de festa. A gente precisa garantir geração de renda, a gente precisa de espaços para deixar as crianças. (Arquiteta Chiq da Silva)

Uma maior autonomia do grupo em participar do desenvolvimento do projeto pode até mesmo auxiliar na criação de espaços de geração de renda para famílias que possuem renda mais baixa, ajudando também na manutenção e gestão do edifício. A arquiteta chama atenção para essa questão, pois muitos moradores não estão acostumados a terem uma enorme despesa com eletricidade, condomínio, impostos, logo ela mostra como é importante o próprio edifício garantir uma maneira da pessoa permanecer nele, a partir de espaços de geração de renda.

Em relação ao regulamento imposto pela Caixa Econômica Federal para a gestão do processo e o desenvolvimento do projeto, alguns participantes do coletivo acham que este limita de alguma forma a autonomia do grupo em relação ao projeto, enquanto outros dizem não interferir muito nas decisões internas. Em geral, o grupo consegue driblar algumas regras que tentam padronizar os projetos habitacionais. O participante do coletivo 1 acha que *“a Caixa Econômica Federal é muito vaga e quem determina o que vai ser e vai deixar de ser é o grupo, representado por esse coletivo.”*

A arquiteta do Chiq da Silva, já entende que o regulamento limita de certa forma o projeto, por impedirem alguns usos que seriam importantes para o grupo e impor outros que não foram escolhidos pelo coletivo. De qualquer forma, o grupo acaba encontrando uma maneira de driblar essas padronizações de projeto que o regulamento impõe, tentando desenvolver as melhores soluções para os moradores e para o entorno.

Por exemplo, a gente fala de ter uma padaria comunitária no Quilombo (da Gamboa). Isso surgiu, aliás, nem foi por uma questão de potencialidade do grupo. A gente viu a potencialidade do entorno. Ali tem a cidade do samba do lado, a galera não tem o que comer, é ermo, não tem nada ali. Então colocar alguma coisa ali, vai ser saída do VLT, então a gente achou que seria uma coisa legal. Mas não pode, teoricamente, a caixa econômica não pode dar dinheiro que seria para uma unidade habitacional, isso a gente discute com o governo. (Arquiteta Chiq da Silva)

A representante da FBR critica a padronização de alguns pontos de projeto no regulamento da Caixa Econômica, pois este continua padronizando diretrizes projetuais, desconsiderando que o resultado da obra de um projeto autogestionário tende a ser diferente de um projeto com a gestão tradicional: *“Ainda mais no MCMV Entidades que as famílias podem discutir os espaços coletivos, que é a base para a organização, para o que eles querem no futuro do espaço. Você tem essa chance e a CAIXA amarra.”* (Representante da Fundação Bento Rubião)

Em relação ao financiamento, a representante da FBR tem algumas críticas. Se o coletivo fecha o contrato por autogestão no Programa MCMV Entidades, o valor que ele recebe da Caixa tem uma redução de 8% (que seria o valor dado para a construtora). De qualquer forma, esse valor pode ser repassado caso o grupo justifique em que será utilizado (por exemplo para aumentar unidade, ou para espaço comunitário). Ela entende que o valor deveria ser o mesmo, pois esse valor que seria repassado para a construtora pode ser aplicado em qualificação e capacitação dos moradores

#### **d) ORGANIZAÇÃO DEMOCRÁTICA DA ECONOMIA, DIVIDIDA EM CONSELHOS E ASSEMBLÉIAS (MARKOVIC, 2001)**

De acordo com Markovic (2001), a autogestão se caracteriza pela participação direta dos trabalhadores na tomada de decisões de forma democrática.

(...) forma democrática de organização de toda a economia (...) a tomada das decisões básicas está nas mãos dos conselhos de autogestão e das assembleias organizadas segundo princípios fundados na organização da produção e nas divisões territoriais. (MARKOVIC, 2001, p.23)

Podemos entender a organização democrática como uma organização interna do grupo, diferente da organização autônoma que se refere a emancipação do grupo em relação à elementos externos.

Refletindo esse ponto sobre a produção autogestionária do Rio de Janeiro, podemos encontrar semelhanças, mas também algumas barreiras a serem enfrentadas pelos movimentos sociais. Os grupos que se organizam junto com movimentos sociais a partir do financiamento do Minha Casa Minha Vida Entidades, se dividem em no mínimo dois grupos: Comissão de Representantes (CRE), que é responsável pelo acompanhamento financeiro do empreendimento e pela abertura e movimentação da conta bancária que receberá os recursos e Comissão de Acompanhamento de Obra (CAO) que deve acompanhar a elaboração, apresentação e aprovação dos projetos, junto com o coletivo.



Imagem 2: Divisão de comissões em reunião do coletivo

Fonte: Arquivo Chiq da Silva

O participante do coletivo 1 diz que *“as comissões são pela Caixa, mas quem gere mesmo, somos nós. A gente que escolhe as pessoas.”* Além disso, em muitos casos outras equipes são formadas para auxiliar o desenvolvimento da organização do projeto habitacional de maneira democrática, como grupos de mobilização, comunicação e cozinha. O participante 1 explica que existem grupos internos, que trabalham de uma maneira autônoma em relação à Caixa Econômica, como um grupo de finanças interna, comissão de cozinha e comissão de divulgação. A participante do coletivo 3 acrescentou o grupo da creche nas reuniões e o grupo de organização de eventos.

A participação democrática no processo de gestão da moradia é de extrema importância, porque além de trazer melhores resultados de projeto, podem ajudar na conscientização política do coletivo, estimulando a busca por seus direitos. Em relação ao nível de participação dos integrantes do coletivo, o integrante do coletivo 2 entende que todos têm o mesmo direito de participar, assim como a integrante 3 diz que *“A voz de todos tem a mesma força.”*

Entretanto, conversando com alguns membros do coletivo, vimos que essa participação não acontece de maneira efetiva, o que acaba gerando uma dificuldade na organização social do grupo. Algumas pessoas, apesar de muitas vezes nunca terem usufruído, estão acostumadas com

a forma de produção habitacional tradicional a partir de empreiteiras, na qual o morador recebe o apartamento pronto, sem participar do processo de gestão do projeto e da obra.

O participante do coletivo 2 acredita que a questão cultural influencia muito, pois em geral, não estamos acostumados a participar das decisões do planejamento de nossas cidades e bairros. Algumas pessoas participam da construção de suas casas em áreas informais pela autoconstrução, mas que se dá de maneira diferente de uma organização coletiva por autogestão.

A representante da FBR, já entende que esse afastamento não acontece apenas por uma questão cultural. As próprias entidades sentem dificuldade de organizar os integrantes por não terem uma estrutura adequada e tempo suficiente para tal. Desse modo, ela entende que algumas famílias, que não apresentam um histórico de lutas, acabam ficando sem o apoio necessário para mobilização e capacitação, perdendo o estímulo em participar de forma mais efetiva.

Além disso, a mesma acredita que *“não tem que ter uma liderança, tem que ser um coletivo, mas como tem essa origem de centralização forte. Talvez tenha que trabalhar essas pessoas que tenham esse perfil de liderança, para que elas consigam fortalecer essa outras.”* (Representante da Fundação Bento Rubião). Assim, a representante da FBR mostra que deve ser pensado o grupo a

partir do perfil dos integrantes, trabalhando com os que tem mais experiência e que tem mais esse perfil de líder, para ajudar os outros membros que ficam mais a parte do processo. De qualquer modo, ela vê uma grande transformação nas atitudes de pessoas do coletivo a partir do processo de autogestão.

Para tornar a participação de todos mais democrática, os integrantes do coletivo Quilombo da Gamboa também pensam nos grupos minoritários. O participante do coletivo 1 afirma que, apesar de no grupo ter alguns idosos mais ativos, que participam de atos, manifestações, viagens, em geral, os idosos têm bastante dificuldade de participar das atividades. Assim, esses idosos, além dos cadeirantes que não tem condição de ir em todas as reuniões, são apadrinhados por pessoas do coletivo que vão lhe passando as informações necessárias sobre o processo do projeto.

Nós temos um grupo de idosos bastante grande. Cada um de nós vai apadrinhar cada um desses idosos e vamos levando as informações para eles, entendeu? Nós temos cadeirantes, que não tem como ficar vindo, embora seja um domingo por mês, é muito cansativo. (Participante do coletivo 2 entrevistado)

É importante dizer que a participação efetiva dos integrantes do grupo é importante para um resultado final do projeto, gerando espaços mais próximos das demandas do coletivo.

#### **e) PROPRIEDADE SOCIAL, DE TODOS OS PRODUTORES (ROSAVALLON APUD FILHO E VERONESE, 2012)**

A questão da propriedade é um tema extremamente discutido nos estudos de autogestão. Rosavallon (apud Filho e Vereonese, 2012), acredita na propriedade social em contraponto a propriedade privada, que se apresenta como uma instituição central da sociedade burguesa.

Entendemos que a forte herança brasileira da propriedade privada dificulta o acesso de parte da população à moradia. Mello (2012) acredita que o direito à propriedade, concebido como direito patrimonial inviolável e ilimitado, usualmente é fonte de riqueza e poder e de ameaça à busca por direitos fundamentais dos cidadãos. Roy (2009) afirma que o modelo da propriedade privada insiste no direito de excluir e que *“ao focar por tanto tempo o espaço ao qual as coisas pertencem, os planejadores esqueceram-se de perguntar a quem as coisas pertencem.”* (ROY, 2009, p.137)

Mello (2012) chama atenção para a problematização da propriedade privada feita pelos movimentos sociais brasileiros, apesar deles ainda não terem a propriedade coletiva como uma de suas principais bandeiras de luta. Muitos focam na busca pela função social da propriedade.

A propriedade coletiva é o que mais se aproxima da propriedade social, embora não rompa com a propriedade privada. Entretanto é de extrema importância estudarmos esse tipo de propriedade, principalmente em projetos autogestionários de moradia, que já são geridos de forma democrática, pois reforça o coletivismo entre os moradores e trabalha com a sobreposição da ideia do valor de uso no lugar do valor da troca das unidades habitacionais.

Mello (2012) mostra o caso do Uruguai, que podemos considerar como propriedade coletiva. A Federación Uruguaya de Cooperativa de Viviendas para La Ayuda Mutua (FUCVAM), conseguiu institucionalizar *“Ley de Vivienda”* (Lei 13.728/1968) em 1968. Essa lei, entre outras coisas, define que as cooperativas devem ser de serviço e não de lucro e que elas terão apenas o direito de uso das unidades habitacionais, não o direito da propriedade. É proibida a locação da unidade habitacional, como uma forma de combate a especulação (MELLO, 2012). Com o uso da propriedade coletiva, o Uruguai se mostra como exemplo superando, de certa forma, a propriedade privada



individual e tentando criar mecanismos de combater a especulação imobiliária, principalmente em moradias populares.

Os movimentos sociais brasileiros, em geral, apontam a propriedade privada como um direito que dificulta o acesso à terra a parcela mais vulnerável da população. Porém ainda não incluem a ideia da propriedade coletiva como um ponto principal nas pautas de luta. Além disso, a forte herança brasileira de propriedade privada dificulta a luta desses movimentos.

De acordo com os entrevistados, essa discussão de propriedade e financiamento já esteve presente em reuniões do coletivo quando estavam construindo os critérios do projeto Quilombo da Gamboa. Os integrantes do coletivo do Quilombo da Gamboa mostram um pouco dessa dificuldade de se implantar uma propriedade coletiva nos projetos de autogestão habitacional em detrimento de uma propriedade individual. A participante do coletivo 3 afirma ser muito difícil conseguir aplicar esse tipo de projeto, principalmente pela burocracia da Caixa Econômica.

Para a arquiteta do Chiq da Silva, além da dificuldade com a burocracia, os grupos sofrem com questões culturais. De acordo com ela, implantar uma propriedade coletiva no Quilombo da Gamboa *“é muito difícil, está muito arregrado na nossa cultura a questão da propriedade.”* O participante do coletivo 1 também contribui para essa discussão. Ele explica que para a autogestão acontecer precisa haver a coletividade, o trabalho em conjunto, não só durante os processos de projeto, obra, reuniões e cursos de formação política, mas também depois de finalizado, quando todos estiverem morando em conjunto.

O participante do coletivo 1 se mostra preocupado com a possível transformação do local. Ele acha que parte do grupo venderia os apartamentos assim que pudessem: *“Esse processo que chama processo de sedução, vai por osmose, passa para outro vizinho, daqui a pouco esse imóvel que era destinado para pessoas de baixa renda ele vai estar sendo habitado por quem? Por uma classe média. É um fato que estamos ficando até com dor de cabeça.”* (Participante do coletivo 1 entrevistado). Assim como o participante 1, a representante da FBR fica preocupada pelo fato do projeto Quilombo da Gamboa estar inserido em uma área que vem se valorizando, o que funciona como um atrativo para os moradores venderem seus apartamentos e acabar perdendo o resultado de anos de luta por moradia do grupo. Portanto, ela ressalta a importância da formação política do grupo e a conscientização no processo de autogestão como forma de inverter, ao menos nos moradores, a lógica da moradia como mercadoria, para um sentimento de pertencimento ao local, luta política e resistência.

Relacionado a essa discussão de moradia como um produto de troca, como mercadoria, podemos lembrar das discussões de Engels (2015) sobre propriedade privada e individual como solução da burguesia para os problemas de moradia no século XIX. O autor nos mostra que já nessa época a burguesia tentava resolver o problema da moradia transformando a classe despossuída em classe dos possuidores. Entretanto, Engels (2015) afirma que essa solução, leva o problema ao início pois *“o trabalhador ‘se torna capitalista’<sup>7</sup> mediante a aquisição de sua casinha própria.”* (ENGELS, 2015, p.75) A discussão sobre a questão da moradia em seu livro mostra que a propriedade privada e individual não resolve a questão da moradia e essa solução é usada por toda a sociedade para diminuir a luta e resistência da classe trabalhadora, frente ao poder das classes hegemônicas.

---

<sup>7</sup> Esse trecho da frase aparece entre aspas pois Engels (2015) afirma que ao possuir uma propriedade individual, o trabalhador pode deixar de ser proletário, mas não se torna um capitalista apenas por ter sua casa própria. Portanto essa frase é uma ironia às ideias de Emil Sax – burguês que é criticado por Engels – que acredita que os trabalhadores virariam capitalistas apenas conquistando uma casa própria.

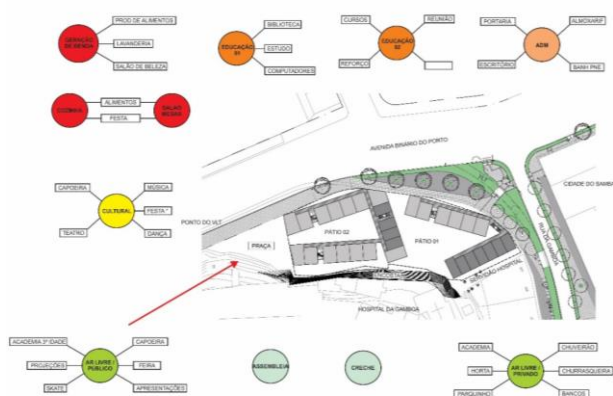


Imagem 3: Planta do projeto Quilombo da Gamboa com esquema de usos dos espaços comuns, discutidos e escolhidos pelo coletivo.

Fonte: Arquitetas Chia da Silva

Voltando ao caso estudado, a arquiteta do Chiq da Silva acredita que o tipo de propriedade pode alterar o projeto de arquitetura. No desenvolvimento do projeto que seu escritório Chiq da Silva realizou para a ocupação Chiquinha Gonzaga<sup>8</sup>, o coletivo discutiu a possibilidade de alocarem as famílias de uma forma mais orgânica no edifício. Ou seja, os moradores poderiam mudar de apartamento conforme o tamanho da família fosse se alterando, como funciona em alguns bairros autogeridos do Uruguai. Porém esse tipo de organização no edifício só seria possível se a propriedade fosse coletiva, dando, provavelmente um resultado diferente no o projeto de arquitetura.

Apesar das unidades habitacionais serem financiadas individualmente, os espaços coletivos se mantêm como área comuns dos moradores e funcionam como espaços de

coletividade, convivência, discussão, troca, geração de renda, permanência, entre outras funções. O grupo vem conversando nas reuniões sobre como serão os espaços coletivos e qual a melhor forma de geri-los coletivamente. A arquiteta mostra a importância de se pensar esses espaços, não somente para os moradores do Quilombo da Gamboa, mas que eles cumpram também uma função social para o bairro. Para isso, o conjunto terá níveis de permeabilidade, ou seja, espaços que serão diretamente abertos ao público, outros que a entrada será permitida diante identificação e os demais apenas para os moradores. O participante do coletivo 1 expõe a importância de se pensar no conjunto para o bairro, principalmente pela região ser escassa de serviços e comércio e de acordo com ele, o grupo tem a “ideia de trazer (...) algumas benéficas para essa área. É próximo do morro da providencia. Existe ‘n’ possibilidades, uma lavanderia coletiva, uma padaria.”

A gente quer que o prédio tenha uma função social, então ele faz um bem para o bairro. Se ali tem uma sala de aula, um espaço que você pode deixar seus filhos, tem uma aula de música, é bom para o prédio. Segundo, é bom que as pessoas entrem ali por uma questão de vigilância. (Arquiteta Chiq da Silva)

A participação democrática de todos, como já falamos anteriormente, é essencial, a discussão do grupo sobre os espaços coletivos, por exemplo, gerou uma série de potenciais para serem pensados, como potencial de geração de renda, de cultura, de educação, de lazer e de administração. Pensar a administração dos edifícios é de extrema importância, pois de acordo com o grupo, eles querem continuar uma organização autogestionária para manutenção do conjunto, ao invés de contratar empresas para tal.

O participante do coletivo 1 mostra a importância de se continuar a organização do grupo depois da obra finalizada e de se pensar na gestão dos espaços coletivos a partir dos mais vulneráveis do grupo. A ideia é identificar quem mais precisa de ajuda para trabalhar em cooperativas no próprio conjunto, alcançando geração de renda para essas pessoas, além de gerar uma certa sustentabilidade econômica para os edifícios. A participante 3 também expõe esse desejo do grupo: “(...) a gente tem vontade de colocar uma padaria, para trabalharem aquelas famílias que estão desempregadas, para trabalhar em rodizio e 10% da renda seria revertida para o coletivo, o condomínio, entendeu?”

<sup>8</sup> Ocupação de prédio abandonado no centro do Rio de Janeiro, organizado pela CMP. O escritório Chiq da Silva desenvolveu um projeto para reforma e adequação das moradias a partir de uma metodologia participativa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo, a autogestão habitacional – que aparece como uma demanda desses movimentos sociais que lutam por melhores condições de moradia – é estudada de uma maneira articulada com a pesquisa realizada sobre o conceito de autogestão – que já foi debatido em diversas áreas de atuação e em diferentes momentos históricos. Essa articulação amplia a discussão sobre autogestão habitacional, auxiliando na compreensão de maneira geral, de como a autogestão está atuando na habitação na cidade do Rio de Janeiro.

O desenvolvimento dos cinco pontos sobre o conceito da autogestão não encerra o debate sobre a espacialização dos elementos da autogestão. Entretanto, nos ajuda a mostrar a importância de se pensar urbanisticamente o marco teórico da autogestão, estabelecendo um diálogo com a construção da paisagem, produção do espaço e mais especificamente a produção de moradia popular.

Primeiramente, vimos a importância de se pensar a atuação de movimento sociais nas lutas urbanas, entendendo suas demandas e conquistas da classe trabalhadora. Dessa forma, torna-se indispensável uma atuação direta entre arquitetos, urbanistas e esses movimentos, que se apresentam como importantes atores na produção de uma cidade mais democrática e justa.

Além disso, a presença do Estado é importante, por mais que a autogestão habitacional procure uma maior autonomia do coletivo. A organização dos movimentos sociais se torna determinante para a conquista de um Estado que trabalhe para os trabalhadores e não para os setores hegemônicos.

Podemos ver alguns limites na autonomia dos moradores em relação à gestão do projeto de moradia, entretanto o grupo tenta sempre driblar as dificuldades para conseguir um resultado final mais próximo da realidade do coletivo, a partir de um processo participativo. As escolhas projetuais, assim como a gestão de finanças acontecem de maneira democrática e buscam cada vez mais uma autonomia em relação as interferências externas. Apesar da pressão da prefeitura para uma certa padronização do projeto diante de outros conjuntos do MCMV com gestão empresarial, o coletivo consegue implementar no projeto uma escolha autônoma, por exemplo, dos usos e da localização para os espaços coletivos, assim como a planta do apartamento.

A participação democrática no processo de gestão da moradia é de extrema importância, porque além de trazer melhores resultados de projeto, podem ajudar na conscientização política do coletivo, estimulando a busca por seus direitos. Desse modo, o grupo Quilombo da Gamboa se esforça para criar diversos grupos de trabalhos, que facilitam a discussão de determinados temas e permitem uma melhor participação das famílias. Esses debates geram uma série de potenciais para serem pensados, como por exemplo, o uso para os espaços coletivos como potencial de geração de renda, de cultura, de educação, de lazer e de administração. Pensar a administração dos edifícios é de extrema importância, pois de acordo com o grupo, eles querem continuar uma organização autogestionária para manutenção do conjunto, ao invés de contratar empresas para tal.

Em uma sociedade desigual como a nossa, a propriedade individual dificulta o acesso à terra e a permanência de pessoas nas suas habitações, pois a casa é vista como mercadoria de troca. Uma base normativa padronizada e uma gestão tradicional por empreiteiras, acabam gerando espaços padronizados e segregados na cidade. Portanto, os entrevistados ressaltaram a importância da formação política do grupo e a conscientização no processo de autogestão como forma de inverter, ao menos nos moradores, a lógica da moradia como mercadoria, para um sentimento de pertencimento ao local, luta política e resistência.

A luta por autogestão habitacional é uma luta contra hegemônica, que busca a organização da classe trabalhadora como forma de trazer uma maior participação da população na construção da cidade, transformando seus espaços em locais mais democráticos e autônomos. A partir desses pontos, podemos perceber aproximações e distanciamentos entre a autogestão que aparece na produção habitacional e a autogestão conceituada por autores em diversas instâncias e escalas. Apesar de possíveis limites e barreiras enfrentadas, a autogestão ainda se apresenta como uma importante alternativa para a produção de habitação de interesse social no Brasil. A luta por emancipação na construção de moradias frente ao poder hegemônico do mercado imobiliário se torna necessária diante de uma crescente marginalização das parcelas vulneráveis da população brasileira.

## REFERÊNCIAS

- BOURDET, Yvont e GUILLERM, Alian. *Autogestão: uma mudança radical*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- CARDOSO, Adauto e ARAGÃO, Thêmis. “Do fim do BNH ao programa minha casa minha vida.” In: *O programa minha casa minha vida e seus efeitos territoriais*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- ENGELS, Friedrich. (1820-95) “*Sobre a questão da moradia*.” Tradução Nélcio Schneider - 1.ed. - São Paulo: Boitempo, 2015.
- FERREIRA, Regina. “Movimento Sociais, autogestão e construção da política nacional de habitação no Brasil.” In: *Autogestão Habitacional no Brasil: utopias e contradições*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.
- FILHO, Pompilio Locks e VERONESE, Marília Veríssimo. “Tramas Conceituais: uma análise do conceito de autogestão em Rosanvallon, Bourdet e Guillerm.” In: *Revista de Ciências Sociais*, n. 36, 2012.
- GRAMSCI, Antonio. “Democracia operária”. In: Marxists Internet Archive. Novembro de 2006. Disponível em: < <https://www.marxists.org/portugues/gramsci/1919/06/21.htm> >. Acesso em: 21/01/2016.
- LAGO, Luciana. “Empreendimentos habitacionais associativos na produção da cidade brasileira: sentidos diversos e contraditórios.” In: *Seminário Internacional A Cidade Neoliberal na América Latina: desafios teóricos e políticos*. Rio de Janeiro, 2013.
- MARKOVIC, Mihailo. “Autogestão.” In: BOTTOMORE, Tom (org). *Dicionário do pensamento marxista*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- MELLO, Irene. “Direito à moradia x direito à propriedade.” In: LAGO, Luciana (org.). *Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições*. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2012.
- MOTHÉ, Daniel. *L’Autogestion goutte à goutte*. Paris: Éditions du Seuil, 1980.
- \_\_\_\_\_. “Autogestão.” In: CATTANI, Antonio D.; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz I.; HESPANHA, Pedro (coords). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. São Paulo: Almedina, 2009.
- NASCIMENTO, Cláudio. “Autogestão: Economia Solidária e Utopia.” In: *Outra Economia* v.2, n.3, 2008.
- ROY, Ananya. “Planejamento e gestão espacial da pobreza.” In: *Revista Estudos Urbanos e Regionais* v. 11, n. 1, 2009.
- VIANA, Nildo. “A Autogestão Social.” In: *Cadernos de Formação*. Goiânia: Movaut, 2008.